

43. A IGREJA É SANTA

823-829



Igreja Católica Apostólica Romana A IGREJA É SANTA

INTRODUÇÃO

A Igreja é santa. Sua santidade não é abstrata ou ideal. É uma santidade real, ou seja, que se dá na realidade. Nesse sentido a realidade da santidade da Igreja consiste no fato de ser santificada pela ação de Deus Santo. Santidade real significa também que a Igreja reúne e compreende em seu seio os pecadores e, sempre necessitada de purificação, se aplica incessantemente à penitência e à renovação. Nesse sentido, a santidade real é o equivalente da santidade em caminho e em processo.

Crer que na Igreja santa é ter confiança radical na ação santificante de Deus e, ao mesmo tempo, aceitar responsabilmente trilhar o caminho da conversão e da penitência.

Crer na Igreja santa nos ajuda também a ter uma compreensão mais realista do que é a santidade na Igreja peregrina. Verdadeira e indefectível santidade não coincide com a santidade perfeita. Conforme vamos estudar, a santidade da Igreja é “indefectível e real, mesmo que imperfeita”.

TEXTO 823-829

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA SEÇÃO: A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ

CAPÍTULO III: CREIO NO ESPÍRITO SANTO

ARTIGO 9: CREIO NA SANTA IGREJA CATÓLICA

PARÁGRAFO 3: A IGREJA É UMA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA

II. A IGREJA É SANTA

823. “A Igreja é [...], aos olhos da fé, indefectivelmente santa. Com efeito, Cristo, Filho de Deus, que é proclamado “o único Santo”, com o Pai e o Espírito, amou a Igreja como sua esposa, entregou-Se por ela para a santificar, uniu-a a Si como seu Corpo e cumulou-a com o dom do Espírito Santo para glória de Deus”. A Igreja é, pois, “o povo santo de Deus”, e os seus membros são chamados “santos”.

824. A Igreja, unida a Cristo, é santificada por Ele. Por Ele e n’Ele toma-se também *santificante*. “Todas as obras da Igreja tendem, como seu fim, para a santificação dos homens em Cristo e para a glorificação de Deus”. É na Igreja que se encontra “a

plenitude dos meios de salvação”. É nela que “nós adquirimos a santidade pela graça de Deus”.

825. “Na terra, a Igreja está revestida duma verdadeira, ainda que imperfeita, santidade”. Nos seus membros, a santidade perfeita é ainda algo a adquirir: “Munidos de tantos e tão grandes meios de salvação, todos os fiéis, seja qual for a sua condição ou estado, são chamados pelo Senhor à perfeição do Pai, cada um pelo seu caminho”.



826. A *caridade* é a alma da santidade à qual todos são chamados: “É ela que dirige todos os meios de santificação, lhes dá alma e os conduz ao seu fim”:

Compreendi que, se a Igreja tinha um corpo composto de diferentes membros, o mais necessário, o mais nobre de todos não lhe faltava: compreendi que a Igreja *tinha um coração*, e que esse *coração estava ardendo de amor*. Compreendi que *só o Amor* fazia agir os membros da Igreja; que se o *Amor* se apagasse, os apóstolos já não anunciariam o Evangelho, os mártires recusar-se-iam a derramar o seu sangue... Compreendi que *o Amor* encerra todas as vocações, que o Amor é tudo, que abarca todos os tempos e lugares ... numa palavra, que ele é Eterno.

827. “Enquanto que Cristo, santo e inocente, sem mancha, não conheceu o pecado, mas veio somente expiar os pecados do povo, a Igreja, que no seu próprio seio *encerra pecadores*, é simultaneamente santa e chamada a purificar-se, prosseguindo constantemente no seu esforço de penitência e renovação. Todos os membros da Igreja, inclusive os seus ministros, devem reconhecer-se pecadores. Em todos eles, o joio do pecado encontra-se ainda misturado com a boa semente do Evangelho até ao fim dos tempos. A Igreja reúne, pois, em si, pecadores abrangidos pela salvação de Cristo, mas ainda a caminho da santificação:

A Igreja é santa, não obstante compreender no seu seio pecadores, porque ela não possui em si outra vida senão a da graça: é vivendo da sua vida que os seus membros se santificam; e é subtraindo-se à sua vida que eles caem em pecado e nas desordens que impedem a irradiação da sua santidade. É por isso que ela sofre e faz penitência por estas faltas, tendo o poder de curar delas os seus filhos, pelo Sangue de Cristo e pelo dom do Espírito Santo.

828. Ao *canonizar* certos fiéis, isto é, ao proclamar solenemente que esses fiéis praticaram heroicamente as virtudes e viveram na fidelidade à graça de Deus, a Igreja reconhece o poder do Espírito de santidade que está nela, e ampara a esperança dos fiéis, propondo-lhes os santos como modelos e intercessores. “Os santos e santas foram

sempre fonte e origem de renovação nos momentos mais difíceis da história da Igreja”. “A santidade é a fonte secreta e o padrão infalível da sua atividade apostólica e do seu dinamismo missionário”.

829. “Na pessoa da Santíssima Virgem, a Igreja alcançou já aquela perfeição, sem mancha nem ruga, que lhe é própria. Mas os fiéis de Cristo têm ainda de trabalhar para crescer em santidade, vencendo o pecado. Por isso, levantam os olhos para Maria”: nela, a Igreja é já plenamente santa.



Revisando temas

É preciso que fique claro desde o início. O Catecismo da Igreja Católica, assim como a *Lumen Gentium*, que dedicou todo um capítulo para falar sobre a santidade da Igreja (LG 8), evita afirmar que a Igreja seja pecadora. Esse cuidado revela a confiança radical na ação santificante de Deus e um otimismo dos católicos em relação à Igreja.

Sobre a santidade da Igreja, a Escritura e a Tradição contêm afirmações aparentemente contraditórias. A mesma Igreja que confessa no Credo: “Creio na santa Igreja católica”, confessa também na Oração Eucarística que ela é “Povo santo e pecador” (OE V). Antes da comunhão eucarística, a Igreja orante dirige cada dia a Deus sua súplica dizendo: “Não olheis os nossos pecados, mas a fé da vossa Igreja”.

1. Antigo Testamento

O tema da santidade no AT pode ser sintetizado em três afirmações sumárias:

- Só Deus é o Santo.
- O Deus Santo santifica suas criaturas.
- O Deus Santo deseja que seu nome seja santificado.

No AT, a santidade não é mera qualidade divina, é, pelo contrario, a maneira própria de ser de Deus. Ser santo e ser Deus são a mesma coisa. Por isso a palavra “santo”, em senso estrito, só pode ser aplicada a Deus. Como somente Javé é Deus, assim só Ele é Santo. Por isso o seu nome é santo (Sl 33,21; Am 2,7; Ex 3,14). A santidade de Deus transcende tudo e é inacessível às criaturas. Da mesma maneira como o Criador se distingue da criatura, assim tudo o que não é Deus, não é santo. Por outro lado, ao mesmo tempo em que reconhece a transcendência de Deus, o AT confessa que **Deus manifesta sua glória e santidade no mundo.**



A transcendência da santidade, porém, se torna a condescendência santificadora quando **Deus faz as criaturas participarem da Sua santidade**. O Deus Altíssimo se aproxima das criaturas santificando-as de várias maneiras: na criação e nas teofanias, nas provações e nos castigos; quando abençoa e protege, quando perdoa e acolhe, quando liberta e salva. Nesse sentido, o AT testemunha a existência de pessoas, lugares, tempos e objetos santos.

Além de santificar as criaturas, **Javé santifica elegendo** um povo para si e se tornando o “Santo de Israel”. Por um amor inexplicável e gratuito, Deus vive e caminha no meio de seu povo (Ex 33,12-17). “No meio de ti, eu sou santo” (Os 11,9).

Todas as realidades “santas” o são na medida em que estão em relação com Deus. Todas possuem, portanto, uma **santidade doada por Deus e causada por Ele**.

O AT afirma também que o Deus santo quer ser “santificado”. A santificação, nesse caso, não deve ser entendida no senso de comunicar a santidade. Deus não se torna mais santo pela ação das criaturas. Quando o AT fala da necessidade de santificar Deus, entende o termo “santificar” no sentido de **reconhecê-lo como “Três vezes Santo” e de tratá-lo como tal**. Santificar Deus significa, portanto, adorar, louvar, invocar e render graças ao Santo. Israel, o “povo santo” de Deus estima e reconhece a santidade divina, obedecendo e amando o Deus Santo. Ele reconhece que foi eleito entre todas as nações para ser “propriedade” de Deus (Lv 20,26; Dt 7,6; 26,19; Is 63,18; Jr 2,3).

A santidade é um **dom** divino mas é também **apelo à liberdade** e à responsabilidade humanas. Esse é o sentido da Lei que Deus promulga: ela indica continuamente para Israel a vontade de Deus que é sintetizada na exortação: “Sede santos porque eu, Javé, sou santo” (Lv 11,44; 19,2; 20,26). A santidade não se limita a uma pureza meramente ritual, mas deve informar todas as dimensões da vida: pessoal, familiar, social e econômica. Aceitando abraçar a vontade divina, Israel se mantém fiel ao Deus da Aliança e é constituído por Ele como “um reino de sacerdotes, uma nação santa” (Ex 19,6).



2. Novo Testamento

O NT retoma o AT e introduz novidades que correspondem ao que é próprio da revelação trinitária. Deus se revela como Trindade e realiza escatologicamente a santificação do seu povo por Jesus Cristo e pelo Espírito: “Deus vos escolheu desde o princípio para serdes salvos mediante a santificação do Espírito” (2Ts 2,13; cf. Ef 1,4); “Fostes santificados, fostes justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito Santo” (1Cor 6,11).

Assim a santificação, atuada por Deus, revela os seus autores: o Pai que envia o Filho e o Espírito no mundo. Assim a santidade dos cristãos decorre de sua **união com Cristo através da fé, do batismo e do dom do Espírito** derramado nos corações. Aliás, a “unção vinda do Santo” torna os cristãos participantes da vida do Cristo ressuscitado (cf. 1Cor 1,30; Ef 5,26; 1Jo 2,20). Pela presença do Espírito Santo (cf. 1Cor 3,16s; Ef 2,22), os cristãos são “santos em Cristo” (1Cor 1,2; Fl 1,1). O Espírito Santo, ao qual é atribuído sobretudo o nome de “santo” no NT, é quem opera a santificação dos fiéis (cf. Rm 15,16; 1Cor 1,2; 2Ts 2,13).

O Espírito Santo santifica através de **Seus dons e carismas**, que são dados conforme seu beneplácito em favor de toda a comunidade. Assim o Espírito santifica não só os indivíduos, mas a Igreja como um todo. Essa efusão do Espírito não está mais limitada pelas fronteiras das relações de sangue e de etnia, mas é um dom universal. Com o Pentecostes se realizou a profecia: “Sucederá nos últimos dias, diz o Senhor, que derramarei o meu Espírito sobre toda carne” (cf. At 2,16-18; Jl 3,1-5).

Por isso, a Igreja que nasce em Pentecoste é a Igreja Universal formada de judeus e gregos (cf. Rm 11,17; 15,12) unidos pelo dom da santidade com o qual todos “são santificados em Cristo Jesus” (1Cor 1,2).

A imagem do templo, usada para descrever a Igreja, serve também para qualificar ainda a santidade dos cristãos reunidos que, são “templos do Espírito Santo” e “templos de Deus” (1Cor 6,11.20). Os fiéis são uma “habitação de Deus, no Espírito” e um “santuário sagrado” fundado sobre a “pedra angular” de Cristo (cf. Ef 2,19-22). Na linha de Ex 19,6, o novo Povo de Deus é visto em 1Pd 2,9 como “um sacerdócio real, uma

nação santa”. Para o Povo da Nova Aliança vale mais ainda o imperativo: “sede santos porque eu sou santo” (1Pd 1,16).

Os cristãos, que pertencem à “Igreja santa” (Ef 5,26-27), são santos porque foram chamados à santidade: Rm 1,7; 1Cor 1,2; Cl 3,12; Ef 1,4; 2Tm 1,9. Não são, pois, santos por natureza, mas por eleição e por vocação, porque foram escolhidos e chamados à santidade por Deus em Cristo (cf. Rm 1,6; 1Cor 1,24; Jd 1).

Para o NT, a santidade da Igreja é um fato óbvio da vida cristã. Ser cristão e ser santo são sinônimos e indicam a mesma condição dos membros da Igreja. Essa consciência aflora em muitíssimas passagens do NT, principalmente naquelas em que os fiéis da Igreja são simplesmente chamados de “santos”: At 9,13.32.41; 26,10; Rm 1,7; 8,27; 12,13; 15,25s.31; 16,2.15; 1Cor 1,2; 6,1s; 14,33; 16,1.15; 2Cor 1,1; 8,4; 9,1s; 13,12; Ef 1,15; 3,18; 4,12; Fl 4,21s; Cl 1,4; 1Tm 5,10; Fm 5.7; Hb 6,10; 13,24; Jd 3.

A santidade em Paulo é concebida em dois sentidos: passivo e ativo. Em senso passivo exclui-se absolutamente a possibilidade de autossantificação. Os santificados são “amados”, “escolhidos” e “chamados” por Deus (cf. 1Cor 1,2; Rm 1,7; 1Cor 1,24; Cl 3,12). A santidade em senso ativo consiste em **corresponder a essa vocação por uma conduta adequada**. Por isso os cristãos devem se comportar “segundo a santidade e a pureza que vêm de Deus e não segundo uma sabedoria carnal” (2Cor 1,12).

Como a Igreja é o “templo santo” (1Cor 3,17; Ef 2,21), assim a vida dos cristãos se torna culto e sacrifício vivo, santo e agradável a Deus: “este é vosso culto espiritual” (Rm 12,1). Em lugar de oferecer coisas, o cristão deve oferecer-se a si próprio: sua vida, sua existência corporal e histórica, sua conduta, como “sacrifício santo agradável a Deus”.

A santidade da Igreja é uma santidade solidária e corresponsável, dá-se na “comunhão dos santos”. A Bíblia e a Tradição ensinam que os fortes carregam os fracos, e os santos os pecadores. Os fiéis exercem assim uma espécie de maternidade santa. Toda a vida da Igreja, todos os carismas de todos os fiéis, a vida teologal de fé, de esperança e de caridade, todas as formas de serviço, de liturgia, de diaconia, de ensino, de profetismo etc., são um gerar e educar para a santidade. A Igreja é santa não só como instrumento de santificação, com a assim chamada santidade objetiva de suas instituições sacramentais, mas também como a Igreja dos santos, de homens convertidos ou em processo de conversão (Á. BARREIRO, *Igreja, povo santo e pecador*, p. 105).

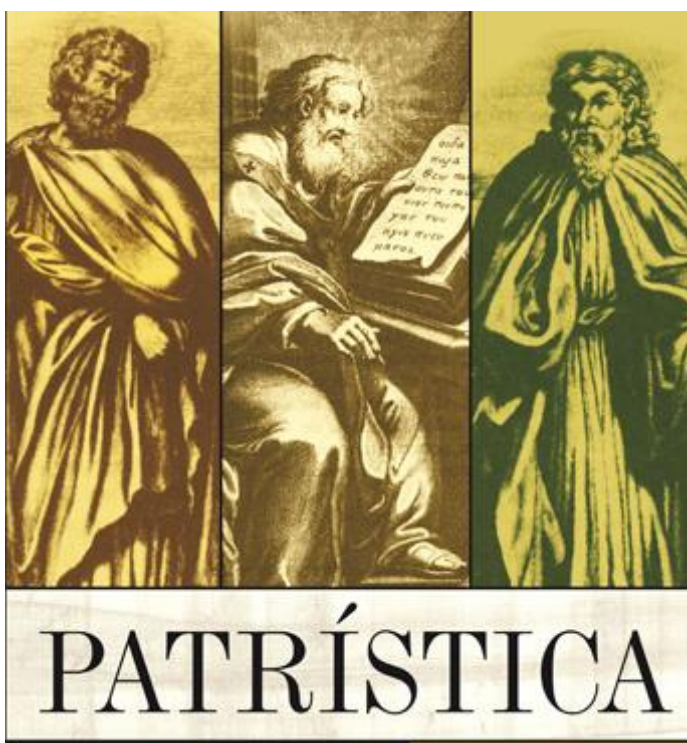
Resumamos o que o NT fala sobre a santidade da Igreja, antes de prosseguirmos. A Igreja é santa no sentido de que foi santificada por Deus. Deus é quem comunica a sua santidade elegendo e convocando as Igrejas e chamando os seus membros. A Igreja possui a santidade enquanto causada e doada pelo Pai em Cristo no Espírito. Como se trata de um dom que exige uma aceitação, a santidade de Deus se comunica para ser santidade da Igreja. Como Deus opera a salvação, inserindo os seus dons no mais profundo de suas criaturas, assim a santidade não é uma qualidade que reveste a Igreja como uma roupa, mas uma graça que transforma o mais profundo do seu ser. Por isso, a Igreja é santa também em senso ativo: ela procura viver de acordo com as exigências da nova vida que lhe foi dada.

A Igreja é santa porque sua cabeça, Cristo, é santo e porque é santificada pelo Espírito. A fonte da santidade da Igreja é o Pai que a santifica em Cristo pelo Espírito. Essa santidade ontológica da Igreja tem de se manifestar como santidade moral na conduta dos cristãos; à santidade “objetiva” da Igreja deve corresponder a santidade “subjativa”,

que é uma santidade “recebida” como dom de Deus, mas que tem de ser praticada vivendo a vida de cada dia segundo o Evangelho.

Exatamente porque é santa (porque santificada e porque corresponde a esse dom) a Igreja é, para o NT, Igreja dos pecadores. Assim as afirmações: “Todos nós tropeçamos frequentemente” (Tg 3,2) e “Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós” (1Jo 1,8) não indicam complacência com o pecado, mas que os pecadores que não se conformam ao pecado e buscam a conversão e o perdão. Nesse sentido, também a Igreja necessita sempre de conversão e de perdão.

Desde o seu início, a Igreja teve consciência de ser Igreja dos pecadores e de que seus membros não tinham o mesmo grau de maturidade e de crescimento na fé. Manifestou essa consciência reconhecendo-se como a “lavoura de Deus” onde o joio e o trigo estão misturados (Mt 13,24-30), como a rede que recolhe peixes bons e ruins (Mt 13,47-50). A separação só acontecerá no fim dos tempos (Mt 25,31-41).



3. Patrística

No Período dos Padres Apostólicos, a santidade é aceita como uma propriedade fundamental da Igreja. A expressão “Igreja santa” é usada frequente e espontaneamente em vários escritos dessa época: *Doutrina dos Doze Apóstolos* ou *Didaché*, *O Pastor de Hermas* e especialmente nas cartas de Santo Inácio de Antioquia.

Veja alguns trechos das cartas de Inácio de Antioquia.

“À Igreja que alcançou misericórdia na magnificência do Pai Altíssimo e de Jesus Cristo seu único Filho; à Igreja amada e iluminada pela vontade daquele que quis tudo quanto existe; Igreja (...) digna de Deus, (...) digna de toda santidade” (Carta aos Romanos). “À Igreja de Deus Pai e do amado Jesus Cristo; a que alcançou misericórdia em todos os dons da graça; a que foi plenificada de fé e de caridade, sem que lhe falte carisma algum; à Igreja diviníssima e portadora de santidade, que está em Esmirna da Ásia” (Carta aos Esmirnenses). “À Igreja santa, que está em Trales, na Ásia” (Carta aos Tralianos).

Das quatro propriedades fundamentais, a santidade provavelmente é a primeira a ser inserida na *Regula fidei*. A expressão “Santa Igreja” aparece nos antigos Símbolos da fé (DS 1- 5; 10-36) e será conservada na Profissão de fé até adquirir sua forma definitiva no Símbolo Apostólico (DS 30) e no Símbolo Niceno-constantinopolitano (DS 150).

A Igreja dos primeiros séculos tem também uma consciência muito clara de ser Igreja de pecadores, consciência essa que se exprime através das imagens neotestamentárias da lavoura onde está semeado tanto o joio e quanto o trigo, da rede que recolhe peixes bons e ruins. Além dessas, os Padres descrevem a Igreja com a imagem da arca de Noé que salva do dilúvio, mas que carrega no seu bojo animais puros e impuros.

A Igreja é santa no duplo senso de que é chamada por Deus à santidade e de que deve responder a essa vocação. Por causa do dom de Deus a comunidade é realmente santa, mas no plano da resposta, a Igreja é muitas vezes infiel. Por isso, a “Igreja dos santos” era já para os cristãos dos primeiros séculos uma realidade escatológica.

Santo Agostinho, por exemplo, distingue entre “a Igreja tal qual é agora” e “tal qual será no futuro”. E nas suas *Retratações* escreve: “Sempre que eu escrevi sobre a Igreja caracterizando-a como sem mancha e sem ruga, isso não deve ser entendido como se ela já o fosse, mas no sentido de que se prepara para sê-lo. No tempo presente, com efeito, por causa de certas ignorâncias e debilidades de seus membros, a Igreja inteira deve dizer cada dia: ‘Perdoai nossas ofensas’” (*Retract.* 2,18: PL 32,637s). Escreve também em um Sermão: “Nem mesmo os santos estão livres de pecar cada dia. A Igreja como um todo diz: Perdoai-nos nossos pecados. A Igreja tem, pois, manchas e rugas. Mas com a confissão é tirada a ruga e lavada a mancha. A Igreja está em oração, para ser purificada pela confissão, e enquanto viver aqui continuará estando assim” (*Sermo* 181,5,7: PL 38,982).

A presença do pecado na Igreja santa é um paradoxo que Santo Ambrósio exprime com a expressão também paradoxal da *casta meretrix* (casta meretriz). “A Igreja existe de duas maneiras: como aquela que não conhece o pecado ou como aquela que deixa de pecar”. A Igreja é imaculada, mas formada de maculados (*immaculata ex maculatis*) (PL 15,1540). Com esse modo de afirmar a santidade da Igreja apesar do pecado os Padres da Igreja confessam que Deus se comprometeu em Jesus Cristo de maneira irreversível e irrevogável, por isso há na Igreja uma fidelidade inviolável, e, ao mesmo tempo, que na Igreja concreta dos fiéis, não há só fidelidade.

A transformação temporal da Igreja, que antes era prostituta e agora se tornou santa; refere-se particularmente à Igreja dos gentios, que antes fornicava com os ídolos e agora se tornou casta com Cristo. Mas muitos Padres vão além dessa interpretação. Para Orígenes e Agostinho, por exemplo, o que aconteceu no passado continua sendo atual hoje.

A categoria patrística “*casta meretrix*” não se refere somente à transformação e à conversão ocorridas no início da Igreja e, no caso dos seus membros, no batismo. A Igreja é também “*casta meretrix*” na sua situação atual, isto é, nela a passagem do pecado para a graça é sempre atual. Ela cai no pecado quando seus filhos pecam e se reergue quando eles fazem penitência.

Os Padres partem de um conceito concreto de Igreja. Não há nela um elemento “formal”, composto por princípios imutáveis e intocáveis, que paira por cima da Igreja histórica. Na eclesiologia patrística esses dois elementos são indissociáveis, não podem ser separados na dogmática nem na vida.

A Igreja total é a Igreja dos santos e dos pecadores. “Abstraindo-a de todos os seus membros, a Igreja não é mais Igreja. A Igreja tem seu destino nos seus membros, da mesma maneira que estes têm o destino deles nela. Por isso os pecados dos filhos e das filhas recaem sobre a Mãe, e por isso esta deve orar e implorar a salvação própria em seus membros” (H. U. v. Balthasar, “Casta meretrix”, in: *Ensayos teológicos*, II: Sponsa Verbi, Madrid, 1964, 320-321).

Por essa razão, a Igreja tem necessidade de se purificar e caminhar movida pela esperança de ver triunfar plenamente a graça vitoriosa de Cristo no fim dos tempos, quando alcançará a santidade perfeita.

4. Idade Média e Época Moderna

Santo Tomás de Aquino não tem dúvidas quanto à santidade da Igreja o que não significa que ela seja formada só por perfeitos e justos. A santidade é real e verdadeira, mas é também um dom escatológico: “Que a Igreja seja gloriosa, sem mancha nem ruga, é a meta última para a qual somos conduzidos pela Paixão de Cristo. Isso acontecerá, portanto, somente na Pátria eterna, não no caminho para ela, no qual, se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, como é dito em 1Jo 1,8” (*STh* III, q. 8, a. 3, ad 2m).

Essa consciência de que os pecadores fazem parte da Igreja no tempo de sua peregrinação terrestre, levou a Igreja a evitar as posições puristas e rigoristas, que desejavam fazer dela uma comunidade formada somente dos perfeitos. Mais do que isso: a Igreja condenou as seitas e os movimentos espiritualistas como heréticos: os montanistas (fim do século II), os novacianos (séc. III), os donatistas (séc. IV), os pelagianos (séc. V), os cátaros outras seitas da Idade Média.

Também na época moderna, a Igreja manteve sua oposição contra os que concebiam a Igreja destinada somente aos predestinados e aos justos. O Concílio de Constança (1515) rejeitou as posições de Hus e de Wyclif, afirmando que o pecador com culpa grave, se não perdeu a fé, continua sendo membro da Igreja (cf. DS 1201,1203,1205, 1206). Na Constituição *Unigenitus*, de 1713, Clemente XI voltou a rejeitar a tese de que a Igreja está constituída somente pelos justos que vivem da graça (cf. DS 2472-2478). Em 1794, Pio VI anatemizou quem afirma que “ao Corpo da Igreja só pertencem os fiéis que são perfeitos adoradores em espírito e em verdade” (DS 2615). A mesma doutrina é reafirmada por Pio XII na encíclica *Mystici Corporis* (1943): “Não se deve pensar que o corpo da Igreja (...), neste tempo de sua peregrinação terrena, consta somente dos membros que sobressaem pela santidade, ou que reúne somente aqueles que tenham sido escolhidos por Deus para a felicidade eterna. Porque não todo pecado, ainda que seja voluntário e grave, separa, pela sua própria natureza, o homem do corpo da Igreja, como o separa o cisma ou a heresia ou a apostasia” (DS 3803).

5. Vaticano II

Encontramos nos documentos do Vaticano II, indicações iluminadoras sobre o tema da santidade e do pecado da Igreja. Vejamos juntos alguns textos importantes para o tema.

“A Igreja, para a qual somos todos chamados em Cristo Jesus e na qual pela graça de Deus adquirimos a santidade, só se consumará na glória celeste, quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas (At 3,21)” (LG 48).

A santidade para a Igreja não é somente utopia e idealismo. Ela já é realidade na Igreja, mas deve crescer ainda: trata-se de “uma verdadeira santidade, ainda que imperfeita” (48,3). Assim a Igreja peregrina na história é já santa, mas carrega em si a figura deste

mundo que passa. Ela é santa pelo fato de ser obra de Deus. Da parte dos cristãos, porém, há tanto fidelidade quanto infidelidade. Em seu caminho histórico a Igreja experimenta, portanto, junto com iniciativa redentora e santificadora de Deus, também as quedas e as trevas do erro.

Em várias passagens da *Lumen Gentium* é afirmada de maneira explícita a presença do pecado na Igreja.

LG 14,2 trata da incorporação à Igreja. A ela pertencem plenamente os que têm “o Espírito de Cristo” e receberam a graça da justificação. No entanto ocorre também que membros permaneçam na Igreja sem tal graça, ou seja, pertençam à Igreja “*corpore quidem, sed non, corde*”; isto é, pertencem ao corpo, mas não ao coração da Igreja. Mesmo que muito imperfeita essa incorporação possui significado positivo, uma vez que o membro, pelo próprio fato de continuar pertencendo ao corpo da Igreja, é instado constantemente a reavivar sua fé e reacender sua caridade.

Não encontramos na Constituição *Lumen Gentium* a expressão “Igreja pecadora”. Em vez disso fala que a Igreja é “santa e ao mesmo tempo tem que ser sempre purificada”, tem que “buscar sem cessar o caminho da penitência e da renovação” (LG 8,3) e, de fato, “sob a ação do Espírito Santo, não deixa de renovar-se a si mesma” (LG 9,3). A ausência das expressões “Igreja pecadora” e “pecado da Igreja” revela, de uma parte, que não devemos colocar no mesmo plano a santidade e o pecado, e por outra, que tais expressões foram evitadas conscientemente pelos padres conciliares. De qualquer forma, os mesmos não deixaram de assinalar que a Igreja também “abraça em seu próprio seio os pecadores” (LG 8,3) e que os pecados deles “ferem” a Igreja (LG 11,2: *quam peccando vulneraverunt*).

Ao mesmo tempo em que a *Lumen Gentium* retoma o tema agostiniano da Igreja que deve pedir a Deus cotidianamente o perdão das ofensas (“como, porém, todos cometemos muitas ofensas”; cf. Tg 3,2), a Constituição realça sobretudo o poder, a ela conferido por Deus, de vencer continuamente o pecado nos seus membros através do ministério da reconciliação e a celebração do memorial do sacrifício de Cristo.

Outro trecho importante da *Lumen Gentium* é: “Cremos que a Igreja, cujo mistério é proposto pelo Sagrado Sínodo, é indefectivelmente santa. Pois Cristo, Filho de Deus, que com o Pai e o Espírito Santo é proclamado o ‘único santo’, amou a Igreja como sua esposa, entregando-se por ela para santificá-la (cf. Ef 5,25-26), e uniu-a a si como seu corpo e cumulou-a com o dom do Espírito Santo, para a glória de Deus” (LG 39,1).

Atenção ao termo “indefectível”.

Com a palavra “indefectível” se exprime em forma negativa o mesmo conceito que em forma positiva é definido com o termo “santo”. Quando se afirma que a Igreja é indefectível, deseja-se dizer que ela nunca perderá a graça de Cristo que a consagra inteiramente a Deus e que, portanto, não perderá jamais a sua amizade, a inabitação do Espírito Santo e a incorporação a Cristo. A Igreja nunca poderá cair sob o jugo do Maligno. Essa é uma promessa explícita que Jesus fez a Pedro, chefe da comunidade apostólica e da Igreja nascente: “Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno nunca prevalecerão sobre ela” (Mt 16,16) (B. MONDIN. *La Chiesa sacramento d’amore*, Bologna, Edizioni Studio Domenicano, 1993, 194-195).

Afirmando que a Igreja é “indefectivelmente santa”, fica estabelecida uma primazia da santidade sobre a pecaminosidade. Santidade e pecado não coexistem em pé de igualdade na Igreja, uma vez que a obra de Deus está acima e é mais poderosa do que os

pecados dos homens. Assim a Igreja, pela graça vitoriosa de Cristo, é e será sempre mais santa do que pecadora.

6. O paradoxo da Igreja

A Igreja não existe como uma entidade idealizada que paira intocável sobre os seus membros pecadores. Ela só subsiste como comunidade e comunhão de santos e de pecadores que buscam a conversão e o perdão. A Igreja não separa nem se separa dos pecadores, por isso é por eles atingida e ferida. Assim a Igreja real, a que existe na história, não como realidade suspensa entre o céu e a terra, uma vez que ela é feita dos que são chamados a ser santos.

Não existem, portanto, duas Igrejas: uma santa, de cima, e outra pecadora, de baixo. Só existe uma única Igreja, ao mesmo tempo santa e pecadora. Esse paradoxo faz parte do mistério da Igreja desde sua origem. E o paradoxo permanecerá ao longo de sua peregrinação por este mundo até a Parusia. Não obstante todas as suas infidelidades ao longo de seu itinerário na história, a Igreja nunca será, porém, totalmente infiel ao seu Senhor, pois ele próprio lhe fez a promessa de que “as portas do Inferno nunca prevalecerão contra ela” (Mt 16,18) (Á. BARREIRO, *Igreja, povo santo e pecador*, p. 113-114).

O paradoxo da Igreja santa e pecadora pode parecer uma verdade perturbadora. Se ela é também pecadora, como pode ser mediadora e sacramento de salvação? Não perde ela seu significado e função salvadora para os cristãos? Para que confiar num instrumento tão imperfeito como o é a Igreja?

Para tentar responder a essas inquietações façamos algumas considerações.

Primeiramente, ao falar da Igreja pecadora não se deve confundir todas as imperfeições e os desvios históricos da Igreja com o pecado. Para que haja pecado é necessária a responsabilidade pessoal, por isso ele só pode ser cometido por indivíduos concretos. O pecado é atribuído à Igreja no sentido de que ele debilita e causa dano ao inteiro corpo da Igreja. Além disso, muitos erros e desvios históricos da Igreja não podem ser considerados pecados, pois nem sempre os indivíduos podem ser responsabilizados de uma culpa pessoal. Evidentemente isso não justifica os erros, uma vez que eles devem ser sempre evitados, nem nega o fato de que a causa de muitos desenvolvimentos históricos errados foi, de fato, o pecado pessoal de ambição desregrada, abuso de poder, orgulho, cobiça, incompreensão, intolerância, estreiteza, cegueira etc.

Em segundo lugar, o fato de a Igreja ser também pecadora é um paradoxo que só pode ser superado mantendo a tensão entre o que é dado por Deus a ela (ou seja, a santidade) e o que é recebido e realizado pelos seus membros. Na Igreja a graça vitoriosa de Cristo é sempre oferecida ao pecador penitente e esperançoso no perdão divino. O mistério da Igreja santa e pecadora revela a gravidade e a consequência maléfica do pecado, uma vez que ele atinge e fere a Mãe Igreja, mas manifesta também a boa nova de que ela é para o pecador sacramento de salvação. A Igreja é santa, mas não é uma elite de puros e de perfeitos que já tem garantida sua santidade. Essa Igreja não existe, da mesma maneira como ninguém está garantido na salvação na atual situação peregrina. A Igreja real e histórica é a que acolhe os pecadores para, mesmo sendo ferida por eles, mediar para eles a graça de Cristo.

Por fim, a santidade e o pecado da Igreja não são duas propriedades concorrentes. A Igreja é santa porque santificada pelo Espírito, porque nela o pecado foi vencido irrevogavelmente por Cristo e porque em seu corpo se manifesta sacramentalmente a graça vitoriosa de Cristo. É verdade! O pecado está presente nela, mas como vencido e

purificado pela santidade que lhe é comunicada indefectivelmente. A Igreja transmite, proclama e comunica realmente a santidade que é de Cristo e também sua (no sentido de ter sido feita sua). Com efeito, a santidade não é algo extrínseco, mas é um dom que tende a ser e é inserido no mais profundo da Igreja: a santidade-dom tem como fruto e efeito a santidade-correspondência. A Igreja é santa enquanto santificada e enquanto corresponde a esse dom. Enquanto pertence a Cristo ela é indefectivelmente santa. Enquanto corresponde ao dom da santidade, ela é mais santa do que pecadora.



Quando falamos de Igreja “santa e pecadora”, com a conjunção “e”, não estamos somando duas propriedades que se apresentam em pé de igualdade, mas de duas realidades que estão presentes simultaneamente, embora não equivalentes. A santidade possui uma preeminência sobre o estado pecaminoso, pela qual a nota decisiva, atribuída definitivamente à Igreja por Deus, não é seu estado de pecado, mas sua santidade. A santidade pertence à vocação autêntica da Igreja e a sua essência, ao passo que o pecado obscurece e contradiz sua verdadeira natureza. Até o final dos tempos a Igreja será sempre pecadora, mas isso não pode deixar entender que o pecado vai prevalecer sobre a ação santificadora de Deus. A santidade está, pois, intimamente unida à indefectibilidade da Igreja, fundada sobre o fato de que Deus nunca deixará de faltar os seu perdão (DIANICH, S. & NOCETI, S., *Tratado sobre a Igreja*, p. 397).